

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
No exercício, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. (Bankpar Arrendamento), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Barueri, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	91.109	22.864	1.622	221
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	8	32	1.622	221
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
DERIVATIVOS (Nota 6)	90.619	21.745	1.524	69
Carteira Própria	90.619	21.745	66	80
OUTROS CRÉDITOS	482	1.087		
Diversos (Nota 7)	482	1.087		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.634	4.478	742	851
OUTROS CRÉDITOS	4.634	4.478	742	851
Diversos (Nota 7)	4.634	4.478	234	233
PERMANENTE	3	4	508	618
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1		
Outros Investimentos	10	10		
Provisões para Perdas	(9)	(9)	90.000	9.750
INTANGÍVEL (Nota 9)	2	3		
Ativos Intangíveis	5	5		
Amortização Acumulada	(3)	(2)		
TOTAL	95.746	27.346	95.746	27.346

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		2012	2011			Legal	Estatutárias		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.194	6.231	1.647	Saldos em 30.6.2012	90.000	82	1.543	-	91.625
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.194	6.231	1.647	Lucro Líquido	-	-	-	1.773	1.773
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.194	6.231	1.647	Destinações: - Reservas	-	89	1.668	(1.757)	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(259)	(587)	(298)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(16)	(16)
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(98)	(244)	(268)	Saldos em 31.12.2012	90.000	171	3.211	-	93.382
Despesas Tributárias (Nota 14)	(149)	(320)	(81)	Saldos em 31.12.2010	9.500	877	9.069	-	19.446
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	5	16	101	Aumento de Capital com Reservas	250	-	(250)	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(17)	(39)	(50)	Lucro Líquido	-	-	-	6.894	6.894
RESULTADO OPERACIONAL	2.935	5.644	1.349	Destinações: - Reservas	-	345	6.483	(6.828)	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 16)	-	-	10.077	- Dividendos Propostos	-	-	-	(66)	(66)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.935	5.644	11.426	Saldos em 31.12.2011	9.750	1.222	15.302	-	26.274
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18)	(1.162)	(2.230)	(4.532)	Aumento de Capital por Subscrição de Ações	63.726	-	-	-	63.726
LUCRO LÍQUIDO	1.773	3.414	6.894	Aumento de Capital com Reservas	16.524	(1.222)	(15.302)	-	-
Número de ações (Nota 12a)	47.955.353	47.955.353	14.000.000	Lucro Líquido	-	-	-	3.414	3.414
Lucro por lote de mil ações em R\$	36,97	71,19	492,43	Destinações: - Reservas	-	171	3.211	(3.382)	-
				- Dividendos Propostos	-	-	-	(32)	(32)
				Saldos em 31.12.2012	90.000	171	3.211	-	93.382

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil								
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		2012	2011	%	%
		2012	2011		2012	%	2012	%				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				1 - RECEITAS	3.182	103,2	6.208	104,1	11.775	102,4		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.935	5.644	11.426	1.1) Intermediação Financeira	3.194	103,6	6.231	104,5	1.647	14,4		
Ajustes ao Resultado antes dos Impostos	7	1	(10.074)	1.2) Outras	(12)	(0,4)	(23)	(0,4)	10.128	88,0		
Constituições de Provisões Cíveis	6	-	-	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(97)	(3,2)	(243)	(4,1)	(267)	(2,4)		
Depreciações e Amortizações	1	1	1	Propaganda, Promoções e Publicidade	(56)	(1,8)	(151)	(2,5)	(169)	(1,5)		
Lucro na Alienação de Investimentos	-	-	(10.077)	Serviços Técnicos Especializados	(33)	(1,1)	(66)	(1,1)	(64)	(0,6)		
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	2.942	5.645	1.352	Processamento de Dados	(8)	(0,3)	(16)	(0,3)	(16)	(0,1)		
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	13.392	Contribuição Sindical	-	-	(10)	(0,2)	(10)	(0,1)		
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mob. e Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.668)	(68.874)	(21.546)	Serviços do Sistema Financeiro	-	-	-	-	(6)	(0,1)		
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	43	35	(60)	Outras	-	-	-	-	(2)	-		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(87)	(132)	7	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.085	100,0	5.965	100,0	11.508	100,0		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(157)	(352)	(3.633)	4 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(1)	-	(1)	-	(1)	-		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	73	(63.678)	(10.488)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO								
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	3.084	100,0	5.964	100,0	11.507	100,0		
Alienação de Investimentos	-	-	10.484	6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.084	100,0	5.964	100,0	11.507	100,0		
Aplicações no Intangível	-	-	(1)	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.084	100,0	5.964	100,0	11.507	100,0		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	-	-	33	7.1) Remuneração do Governo	1.311	42,5	2.550	42,8	4.613	40,1		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	-	10.516	Federais	1.311	42,5	2.550	42,8	4.613	40,1		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				7.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.773	57,5	3.414	57,2	6.894	59,9		
Aumento de Capital	-	63.726	-	Dividendos	16	0,5	32	0,5	66	0,6		
Dividendos Pagos	(66)	(72)	-	Lucro Retidos	1.757	57,0	3.382	56,7	6.828	59,3		
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(66)	63.654	-									
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(24)	28									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1	32	4									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	8	8	32									
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(24)	28									

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. (Bankpar Arrendamento ou Instituição) tem por objeto a prática de todas as operações de arrendamento mercantil, permitidas pela legislação em vigor e pelas normas regulamentares aplicáveis à espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de risco, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas pelo método exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas são registrados na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando à alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser consideradas, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Compostos por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 10a);
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 10b); e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 10b).

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
--	-----------------------------	--

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 27.098.060/0001-45

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012		2011			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de mercado/contábil a (2)
Títulos para negociação: (4)						
Certificados de depósitos bancários	-	676	1.491	2.472	4.639	4.639
Debêntures	-	-	68	4.173	4.241	4.241
Letras do tesouro nacional	-	226	-	2.025	2.251	2.251
Letras financeiras do tesouro	-	9.340	2.174	41.757	53.271	53.271
Operações Compromissadas (3)	25.658	-	-	-	25.658	6.529
Notas promissórias	-	-	-	-	-	136
Outros	385	-	-	174	559	559
Total em 2012	26.043	10.242	3.733	50.601	90.619	90.619
Total em 2011	6.635	156	2.244	12.710	21.745	21.745

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 90.619 mil (2011 - R\$ 21.745 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(3) Refere-se a recursos de fundos de investimentos aplicados em operações compromissadas com o Bradesco; e

(4) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	125	5
Fundos de investimentos	6.106	1.642
Total	6.231	1.647

c) A Bankpar Arrendamento não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

7) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Créditos tributários (Nota 18c)	4.596	5.010
Devedores por depósito em garantia	267	257
Impostos e contribuições a compensar	138	183
Impostos e contribuições a recuperar	18	18
Outros	97	97
Total	5.116	5.565

8) INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro o investimento de R\$ 1 mil refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional. Os investimentos por incentivos fiscais no montante de R\$ 9 mil estão totalmente provisionados.

9) INTANGÍVEIS

Correspondem a Softwares no montante de R\$ 2 mil (2011 - R\$ 3 mil), líquidos de seu custo de amortização.

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial, é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias
No início do exercício de 2012	6	234
Constituição	6	-
Reversão	(6)	-
No final do exercício de 2012 (Nota 11)	6	234

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisões para riscos - fiscais (Nota 10)	234	234
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	1.501	58
Impostos e contribuições a recolher	23	10
Total	1.758	302

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisão para pagamentos a efetuar	399	516
Provisões cíveis (Nota 10)	6	6
Cretores diversos	169	176
Total	574	698

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 90.000 mil (2011 - R\$ 9.750 mil) está representado por 47.955.353 (2011 - 14.000.000) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro de 2011		Em 31 de dezembro de 2012	
	Quantidade de Cotas	R\$ mil	Quantidade de Cotas	R\$ mil
Capital Social em 31 de dezembro de 2011	14.000.000	9.750	14.000.000	9.750
Aumento de Capital - AGE de 27.02.2012 (1)	33.955.353	63.726	33.955.353	63.726
Aumento de Capital - AGE de 16.04.2012 (2)	-	16.524	-	16.524
Total em 31 de dezembro de 2012	47.955.353	90.000	47.955.353	90.000

(1) Em 29 de fevereiro de 2012 o BACEN homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Instituição em R\$ 63.726 mil, elevando-o de R\$ 9.750 mil para R\$ 73.476 mil, mediante a emissão de 33.955.353 novas ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,876745646 cada uma, a serem subscritas pelas acionistas na proporção de suas participações no capital social, com integralização à vista, no ato da subscrição; e

(2) Em 14 de maio de 2012 o BACEN homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o aumento do capital social da Instituição em R\$ 16.524 mil, elevando-o de R\$ 73.476 mil para R\$ 90.000 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo das contas "Reservas de Lucro - Legal" e "Reservas de Lucros - Estatutária".

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	3.382	16.524
- Reserva Legal (1)	171	1.222
- Reserva Estatutária (2)	3.211	15.302

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e Juros sobre Capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	3.414	6.894
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(171)	(345)
Base de cálculo	3.243	6.549
Dividendos propostos	32	66
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,68	4,71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Propaganda e publicidade	151	169
Serviços técnicos especializados	66	64
Processamento de dados	16	16
Outras	11	19
Total	244	268

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Contribuição à COFINS	250	69
Impostos e taxas	30	1
Contribuição ao PIS	40	11
Total	320	81

15) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Variações monetárias e cambiais	(16)	(28)
Dividendos/Juros sobre capital próprio	-	83
Provisões cíveis	(6)	(4)
Outras	(1)	-
Total	(23)	51

16) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se ao lucro apurado na alienação das ações da CETIP em novembro de 2011.

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controlador e empresa coligada estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	2012	2011
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	8	32	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	-	-	125	5
Dividendos:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(31)	(68)	-	-
Banco Bradesco S.A.	(1)	(4)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia. A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivo ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.644	11.426
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(2.258)	(4.570)
Receitas não tributáveis	-	14
Outros valores	28	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.230)	(4.532)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.816)	(3.681)
Impostos diferidos:		
Realização no exercício sobre adições temporárias	7	3
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal	(421)	(854)
Total dos impostos diferidos	(414)	(851)
Imposto de renda e contribuição social do exercício e contribuição social diferidos	(2.230)	(4.532)

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisões cíveis	2	2	2	2
Outros valores	97	27	20	104
Total dos créditos tributários	99	29	22	106
Prejuízo fiscal	4.911	-	421	4.490
Total dos créditos tributários (Nota 7)	5.010	29	443	4.596

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Total
2013	11	7	462	480
2014	22	13	1.094	1.129
2015	22	13	1.058	1.093
2016	11	7	1.048	1.066
2017	-	-	828	828
Total	66	40	4.490	4.596

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 4.263 mil (2011 - R\$ 4.489 mil), sendo R\$ 100 mil (2011 - R\$ 92 mil) de diferenças temporárias e R\$ 4.163 mil (2011 - R\$ 4.397 mil) de prejuízo fiscal.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A Bankpar Arrendamento, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de capital.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, emitiu alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
 - Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual Básico.
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP19295/O-5

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
AES ELPA S/A	49
AES TIETE S/A	20
BANKPAR ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.	63
COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA	31
ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A.	3
RIO IACO PARTICIPACOES S.A.	2

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ:27.098.060/0001-45
Sede: Alameda Rio Negro, 565 - 1º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Barueri, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2012	2011
CIRCULANTE	91.109	22.864
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	8	32
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	90.619	21.745
Carteira Própria	90.619	21.745
OUTROS CREDITOS	1.087	1.687
Diversos (Nota 7)	482	442
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.634	4.478
OUTROS CRÉDITOS	4.634	4.478
Diversos (Nota 7)	4.634	4.478
PERMANENTE	3	4
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1	1
Outros Investimentos	10	10
Provisões para Perdas	(9)	(9)
INTANGÍVEL (Nota 9)	2	3
Ativos Intangíveis	5	5
Amortização Acumulada	(3)	(2)
TOTAL	95.746	27.346

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil	2º Semestre 2012		Exercícios findos em 31 de dezembro 2011	
	2012	2011	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.194	6.231	3.182	11.775
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.194	6.231	3.194	11.775
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.194	6.231	3.194	11.775
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(298)	(587)	(298)	(587)
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(96)	(244)	(96)	(244)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(149)	(320)	(149)	(320)
Outras Recelitas Operacionais (Nota 15)	5	16	5	16
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(17)	(39)	(17)	(39)
RESULTADO OPERACIONAL	2.893	5.644	2.893	5.644
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 16)	-	-	10.077	11.426
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.893	5.644	11.426	11.426
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18)	(1.162)	(2.230)	(4.532)	(6.894)
LUCRO LÍQUIDO	1.733	3.414	6.894	4.532
Número de ações (Nota 12a)	47.955.353	14.000.000	47.955.353	14.000.000
Lucro por lote de mil ações em R\$	36,97	71,19	492,43	492,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil	2º Semestre 2012		Exercícios findos em 31 de dezembro 2011	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2.935	5.644	11.426	11.426
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.935	5.644	11.426	11.426
Ajustes ao Resultado antes dos Impostos	7	1	(10.074)	(10.074)
Constituições de Provisões Cíveis	6	-	2	-
Depreciações e Amortizações	1	1	(10.077)	(10.077)
Lucro na Alienação de Investimentos	-	-	13.392	13.392
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	2.942	5.645	1.352	1.352
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(2.668)	(68.874)	(21.546)	(21.546)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mob. e Instrumentos Financeiros Derivativos	43	35	9.340	9.340
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(132)	(132)	-	-
Aumento de Renda e Contribuição Social Pagos	(157)	(352)	(3.633)	(3.633)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	73	(63.678)	(10.488)	(10.488)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	-	-	10.484	10.484
Alienação de Investimentos	-	-	10.484	10.484
Aplicações em Intangível	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	-	-	33	33
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	-	10.516	10.516
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(66)	(66)	63.726	63.726
Aumento de Capital	(66)	(66)	63.726	63.726
Dividendos Pagos	(66)	(66)	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(66)	(66)	63.726	63.726
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(24)	28	28
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1	32	4	4
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8	8	32	32
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	7	(24)	28	28

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil	2º Semestre 2012		Exercícios findos em 31 de dezembro 2011	
	2012	2011	2012	2011
1 - RECEITAS	3.182	6.208	3.182	11.775
1.1) Intermediação Financeira	3.182	6.208	3.182	11.775
1.2) Outras	(12)	(23)	(12)	(23)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(97)	(243)	(97)	(267)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(56)	(151)	(56)	(151)
Serviços Técnicos Especializados	(33)	(66)	(33)	(64)
Processamento de Dados	(6)	(16)	(6)	(16)
Contribuição Sindical	-	(10)	-	(10)
Serviços do Sistema Financeiro	-	-	-	(2)
Outras	-	-	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.085	5.965	3.085	11.508
4 - DEPRECAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1)	(1)	(1)	(1)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	3.084	5.964	3.084	11.507
PELA ENTIDADE (3-4)	3.084	5.964	3.084	11.507
6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.084	5.964	3.084	11.507
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.084	5.964	3.084	11.507
7.1) Remuneração do Governo	42,5	2.550	42,5	42,8
Federais	1,311	2.550	1,311	42,8
7.2) Remuneração de Capitais Próprios	1.773	3.414	1.773	3.414
Dividendos	16	32	16	66
Lucro Retidos	1.757	3.382	1.757	3.382

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2012		2011	
	Valor de mercado/ custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ custo atualizado	Marcação a mercado
6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	181 a 360 dias	360 dias	181 a 360 dias	360 dias
a) Classificação por categorias e prazos	1 a 30 dias	31 a 180 dias	1 a 30 dias	31 a 180 dias
Títulos (1)	676	1.491	676	1.491
Títulos para negociação: (4)	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	4.639	-	4.639
Debêntures	68	4.241	68	4.241
Letras do tesouro nacional	226	2.025	226	2.025
Operações Compromissadas (3)	25.658	25.658	25.658	25.658
Outros	385	174	385	559
Total em 2012	26.043	10.242	3.733	50.601
Total em 2011	6.635	156	2.244	12.710

As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 90.619 mil (2011 - R\$ 21.745 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Não houve cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, moedores de negociações, moedores de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, os valores são estimados com base em negociações realizadas com investidores institucionais.

Referem-se a recursos de fundos de investimentos aplicados em operações compromissadas com o Bradesco; e

Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

Resultado com títulos e valores mobiliários

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

Em 31 de dezembro o investimento de R\$ 1 mil refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional. Os investimentos por incentivos fiscais no montante de R\$ 9 mil estão totalmente provisionados.

9) INTANGÍVEIS

Correspondem a Softwares no montante de R\$ 2 mil (2011 - R\$ 3 mil), líquidos de seu custo de amortização.

10) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial, é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

11) Processos cíveis

São peticões de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

11 - OBRIGAÇÕES LEGAIS - PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

11 - Movimentação das provisões constituídas

No início do exercício de 2012	Previdenciárias	
	Cíveis	Total
Constituição	6	234
Reversão	6	6
No final do exercício de 2012 (Nota 11)	6	234

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisões para riscos - fiscais (Nota 10)	234	234
Impostos e contribuições a recolher	1.501	58
Total	1.735	302

b) Diversas	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisão para pagamentos a eleitor	389	516
Provisões cíveis (Nota 10)	169	176
Créditos avarias	574	698
Total	1.132	1.390

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
a) Capital social	90.000	90.000
Reserva de Lucros	1.543	1.543
Reserva Legal	82	82
Reserva Estatutárias	1.668	1.668
Acumulados	1.773	1.773
Total	93.382	93.382

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Em 31 de dezembro de 2011, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 4.532 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 27.346 milhões e Ativos Totais de R\$ 33.955.353 milhões.

Em 31 de dezembro de 2012, a Bankpar Arrendamento registrou Lucro Líquido de R\$ 3.414 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 93.382 milhões e Ativos Totais de R\$ 95.746 milhões.

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Reservas de lucros	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	3.382	16.524
- Reserva Legal (1)	171	1.222
- Reserva Estatutária (2)	3.211	15.302
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.		
d) Dividendos e Juros sobre Capital próprio		
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.		
O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:		

	2012	2011
Lucro Líquido.....	3.414	6.884
(1) Reserva Legal - 5% sobre o lucro.....	(171)	(345)
Base de cálculo	3.243	6.549
Dividendos propostos.....	32	66
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,68	4,71

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Propaganda e publicidade.....	151	169
Serviços técnicos especializados.....	66	64
Processamento de dados.....	16	16
Outras.....	11	19
Total	244	268

14) DESPESAS TRIBUTARIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2012	2011
Contribuição à COFINS.....	30	1
Impostos e taxas.....	40	11
Contribuição ao PIS.....	320	81
Total	390	93

Variações monetárias e cambiais.....	(16)	(28)
Dividendos/Juros sobre capital próprio.....	(6)	(4)
Provisões civis.....	(68)	-
Outras.....	(1)	51
Total	(23)	51

16) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se ao lucro apurado na alienação das ações da CETIP em novembro de 2011.

17) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A) As transações com os controlador e empresa coligada estão assim representadas:

	2012	2011	2012	2011
Ativos (passivos)	(passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Em 31 de dezembro - R\$ mil				
8	32	-	125	5
(31)	(68)	-	-	-
(1)	(4)	-	-	-

Disponibilidades:

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.
Aplicações em depósitos interfinanceiros:
Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.
Dividendos:
Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.
Banco Bradesco Cartões S.A.
Banco Bradesco S.A.
b) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**
Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, dos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta aos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DNA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais e a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,



Luiz Alves/Ag. Câmara-Arquivo/2011



O pastor e deputado Marco Feliciano: não homofóbico, mas contrário a sexo entre pessoas do mesmo... sexo.

O pastor da polêmica

Coagitado pelo Partido Social Cristão para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, o pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP) organizou em seu site uma campanha pa-ra que seja o indicado.

Um abaixo-assinado reuniu, segundo o site, mais de 53 mil assinaturas "em favor de Feliciano", polêmico por suas declarações contra homossexuais. Em acordo entre os partidos para a divisão de cargos em comissões da Câmara, na semana passada, o PSC ficou com o direito de indicar um nome pa- ra comandar o colegiado. A possibilidade de Feliciano

ocupar o cargo tem criado polê-mica. No Avaaz, organização que promove campanhas vir-tuais, um abaixo-assinado pe-dindo a "imediata destituição" de Feliciano da comissão con-tabilizava ontem 43 mil assina-turas – a confirmação do Pastor deve ocorrer hoje. No final de semana, a Associação Brasilei-ra de Lésbicas, Gays, Bisse-xuais, Travestis e Transexuais publicou nota de protesto con-tra a indicação do pastor.

Ontem, Feliciano disse que não é homofóbico, mas sim contrário o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo. "Não vou recuar, e se meu partido re-cuar vai ser muito feio", disse, acrescentando que foi alvo de "infâmia, perseguição e até ameaça de morte" depois que foi sondado para o posto". Durante o fim de semana, o deputado fundador do Ministé-rio Tempo de Avivamento rece-beu o apoio de outros líderes evangélicos. "Nós não pauta-mos nossas ações pelo que a mídia quer ou pelos grupos de pressão do ativismo gay. O PSC não pode dar 'mole'", disse o pastor Silas Malafaia, da As-sembleia de Deus Vitória em Cristo, no Twitter. Também pe-çoas do mesmo sexo. "Não vou recuar, e se meu partido re-cuar vai ser muito feio", disse,

O juiz federal Diego Viegas Véras considerou o pagamento ilegal. Determinou, além do ressarcimento, que Ziraldo e Ghisi fiquem proibidos de con-tratar com o município por cinco anos e tenham os direitos políticos suspensos por oito anos.

Outro lado – O advogado do cartunista, Francisco Augusto Zardo Guedes, disse que ainda não foi intimado da decisão, mas vai recorrer. "sem qualquer justificativa" e não assinou contrato com a prefeitura.

Ziraldo terá que devolver R\$ 200 mil

A Justiça Federal no Paraná condenou o cartunista Ziraldo a devolver R\$ 200 mil que recebeu do Ministério do Turismo para realizar um festival em Foz do Iguaçu, em 2005.

A decisão, à qual cabe recurso, determina que o valor seja dividido com o ex-prefeito da cidade Paulo Mac Donald Ghisi (PDT).

Ziraldo, o ex-prefeito e o presidente do 3º Festival Internacional de Humor Gráfico das Cataratas do Iguaçu foram condenados por improbidade administrativa.

O Ministério Público Federal, autor do pedido, alegou que a empresa do cartunista foi contratada sem licitação, com o argumento "de ser Ziraldo profissional consagrado e de notória especialização". Mas a empresa, segundo a Procuradoria, prestou serviços que não eram especializados – como montagem de palco e de banheiros móveis. A verba para o festival vinha de convênio entre o município e o Ministério do Turismo. Ainda segundo a Procuradoria, Ziraldo aumentou o valor a ser cobrado, dos R\$ 135 mil constantes do plano de trabalho para R\$ 200 mil, "sem qualquer justificativa" e não assinou contrato com a prefeitura.

Tasso Marcelo/Estadão Conteúdo



Ziraldo condenado a devolver verba, oito anos depois.

O juiz federal Diego Viegas Véras considerou o pagamento ilegal. Determinou, além do ressarcimento, que Ziraldo e Ghisi fiquem proibidos de con-tratar com o município por cinco anos e tenham os direitos políticos suspensos por oito anos.

Outro lado – O advogado do cartunista, Francisco Augusto Zardo Guedes, disse que ainda não foi intimado da decisão, mas vai recorrer. "O preço estava ajustado e formalizado em convênio entre o Ministério e o município, e os serviços que seriam prestados pelo Ziraldo também."

Bankpar Arrendamento Mercantil S.A.

Empresa da Organização Bradesco

Sede: Alameda Rio Negro, 585 - 11º Andar - Conj. 112 - B - Alphaville - Barueri - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos Conselhos consultivo ou administrativo, fiscal e semelhante, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus conjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18) **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
a) **Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	2012	2011
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	5.644	11.426
Receitas não tributáveis.....	(2.258)	(4.570)
Outros valores.....	-	14
Imposto de renda e contribuição social do exercício	28	24
Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social	(2.230)	(4.532)

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	2012	2011
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.816)	(3.681)
Impostos diferidos:		
Realização no exercício sobre adições temporárias.....	7	3
Utilização de saldos iniciais de:.....	(421)	(854)
Total dos impostos diferidos	(414)	(851)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.230)	(4.532)

c) Origem dos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisões civis.....	2	2	2	2
Outros valores.....	97	27	20	104
Total dos créditos tributários	99	29	22	106
Prejuízo fiscal.....	4.911	-	421	4.490
Total dos créditos tributários (Nota 7)	5.010	29	443	4.596

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil	Total
Diferenças temporárias	Imposto de renda	Prejuízo fiscal
11	462	480
22	13	1.129
22	13	1.094
11	7	1.058
-	-	1.048
66	40	828
A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 4,263 mil (2011 - R\$ 4,469 mil), sendo R\$ 100 mil (2011 - R\$ 92 mil) de diferenças temporárias e R\$ 4,163 mil (2011 - R\$ 4,397 mil) de prejuízo fiscal.		

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Gerenciamento de riscos**
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.
A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões coligadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.
A metodologia de gerenciamento de riscos adotada pelo Banco Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez operacional e de capital.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de pronunciamentos Contábeis, emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.
Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);

- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);

• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e

• Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual Básico.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP198295/O-5

ALTERNATIVAS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bankpar Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DNA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

Pastor Marco Feliciano (PSC-SP)